



Aula 8 – Primeiro Reinado – Política, economia e formação do estado.

19/05/23

Fala, galera do Me Salva! Tudo bem ? Nessa aula, vamos estudar o Primeiro Reinado – Política, economia e a formação do estado.

- Ameaça Haitianista**
- Formação do Estado Monárquico**
- Reconhecimento da Independência**
- Constituição de 1824**
- A Confederação do Equador 1824**
- Fatores da impopularidade de D. Pedro I**

Parte I -Primeiro Reinado (1822-1831)



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/primeiro-reinado.htm> - 09/05/2023

O Primeiro Reinado foi marcado pela possibilidade de recolonização.

Ameaça Haitianista = Emancipação popular abolicionista

Ausência de um projeto de país ou de nação

Prevalhecimento dos interesses da família Bragança

Conservação do latifúndio agroexportador escravista

Fechamento da Assembleia Constituinte de 1823.

Limitação dos poderes do imperador.

A Noite da Agonia X Dissolução do Projeto Constitucional.

Parte II - Reconhecimento da Independência



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/o-reconhecimento-independencia-brasil.htm> - 09/05/2023

1824 – Os Estados Unidos reconheceram a independência do Brasil, sob influência da Doutrina Monroe (1823).

A Inglaterra mediou o reconhecimento da independência do Brasil diante de Portugal.

Parte III - Constituição de 1824



Fonte: <https://comunica.ufu.br/noticia/2017/07/estudo-sobre-primeira-constituicao-do-brasil-esta-entre-melhores-iniciacoes> - 09/05/2023

Parte IV - A Confederação do Equador 1824



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Confedera%C3%A7%C3%A3o_do_Ecuador 09/05/2023

Parte V – Fatores da impopularidade de D. Pedro I



Fonte: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/90-primeiro-reinado/8926-a-abdica%C3%A7%C3%A3o-de-d-pedro-i-09/05/2023>

Parte VI – Exercícios

1. Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do acaso do Império português no Brasil, mas foi, sobretudo, pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: (...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Fonte: REIS, João José. *O Jogo Duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” da Independência da Bahia*. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

A denúncia da existência de um perigoso “partido negro”, no contexto da luta pela independência na Bahia, pode ser explicada pela:

- a) ameaça dos negros, escravizados e libertos, de se revoltarem contra os brancos e lutarem pela continuidade do domínio lusitano sobre a colônia.
- b) existência de uma organização partidária de negros livres e escravizados, que regulava ações conjugadas em toda a colônia pela extinção do trabalho escravo.
- c) participação de grande número de escravizados e negros livres na guerra de independência do Brasil, que poderia evoluir para uma luta contra o regime de escravidão.
- d) Ameaça de união entre as organizações antiescravistas brasileiras e os grupos revolucionários que estabeleceram uma República de negros no Haiti, no final do século XVIII.
- e) aliança firmada entre os negros libertos e os portugueses contra os proprietários de terras brasileiros, que poderia resultar num decreto do governo lusitano extinguindo o trabalho escravo na colônia.

Resposta: [C]

2. O texto a seguir é um fragmento de decreto de D. Pedro I, de 1823, em que o imperador dissolve a Assembleia Constituinte.

Havendo Eu convocado, como Tinha Direito de convocar, a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, [...] e havendo esta Assembleia perjurado ao tão solemne juramento, que prestou á Nação [...]: Hei por bem, como Imperador, e Defensor Perpetuo do Brasil, dissolver a mesma Assembleia, e convocar já huma outra na forma das Instruções, feitas para a convocação desta, que agora acaba; a qual deverá trabalhar sobre o Projecto de Constituição, que Eu Hei-de em breve Apresentar; que será duplicadamente mais liberal, do que a extincta Assembleia acabou de fazer.

D. PEDRO I. Decreto de dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, em 12 nov. 1823 *apud* PEREIRA, V. "A longa 'noite da agonia'". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: SABIN, ano 7, n. 76, jan. 2012, p. 42.

Com base na justificativa do ato político explicitado no texto do decreto, e analisando as suas consequências, identifica-se um antagonismo entre:

- a) Monarquia e República
- b) Capitalismo e Socialismo
- c) Imperialismo e Independência
- d) Absolutismo e Liberalismo
- e) Nacionalismo e antilusitanismo

Resposta:

[D]

3. Vossa majestade verá que fiz de minha parte tudo quanto podia e, por mim, no dito tratado, está feita a paz. É impossível que vossa majestade, havendo alcançado suas reais pretensões negue ratificar um tratado que lhe felicita seus reinos, abrindo-lhe os portos ao comércio estagnado, e que vai pôr em paz tanto a nação portuguesa, de que vossa majestade é tão digno rei, como a brasileira, de que tenho a ventura de ser imperador.

Paulo Rezzuti. *D. Pedro: a história não contada. O homem revelado por cartas e documentos inéditos.*

O fragmento é parte da carta de D. Pedro a D. João VI, versando sobre o tratado por meio do qual Portugal reconhecia a independência do Brasil, mediante:

- a) a renovação dos tratados comerciais de 1810;
- b) a concessão aos portugueses da Ilha de Trindade;
- c) a assinatura de um acordo de reciprocidade;
- d) o compromisso assumido pelo Brasil de cessar o tráfico negreiro;
- e) o pagamento pelo Brasil de uma indenização de 2 milhões de libras.

Resposta:

[E]